

O homem como imagem e semelhança de Deus em Bernardo de Claraval

Autor: Sávio Laet de Barros Campos.
Bacharel-Licenciado e Pós-Graduado em
Filosofia Pela Universidade Federal de Mato
Grosso.

Introdução

Este artigo trata da temática da liberdade em Bernardo de Claraval. Ele desenvolveu este tema a partir da concepção cristã segundo a qual o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus. Após um breve conspecto acerca da vida e obra nosso autor, começaremos por descrever em que, para Bernardo, consistia esta imagem e semelhança de Deus no homem. Como Bernardo entendia que a imagem de Deus no homem se refletia, sobretudo, pelo seu livre-arbítrio, tentaremos definir o que seja o livre-arbítrio para o nosso místico. Ademais, já que, para ele, a semelhança com Deus está no que ele chama de “livre-conselho” e “livre-complacência”, esforçar-nos-emos por discernir o que ele entendia serem estas duas faculdades. Segundo Bernardo estas duas potências são distintas da alma e amissíveis, e o homem de fato as perdeu pelo pecado. Por isso o nosso texto tentará compreender de que modo se deu esta perda e como se deve buscar a restauração do homem como semelhança de Deus. Esmeraremos por fazer notar que esta semelhança com Deus está na liberdade do homem que, segundo Bernardo, não consiste apenas no exercício do seu livre-arbítrio, mas na sinergia entre livre-arbítrio, “livre-conselho” e “livre-complacência”. Em seguida, passaremos às considerações finais do nosso trabalho.

O texto que servirá de base para a nossa reflexão será o de *História da Filosofia Cristã. Desde as Origens até Nicolau de Cusa* (1951) – parceria de Gilson com Philotheus Boehner. Esta obra foi trazida ao vernáculo pelo Prof. Raimundo Vier, em 1970, a partir da edição alemã: *Christliche Philosophie – von ihren Anfängen bis Nikolaus von Cues* (1952 a 1954). Nela encontram-se, além de uma síntese autorizada do pensamento do *Doutor*

Mellifluus sobre o assunto, várias passagens de obras do mesmo que nos servirão de referência para o desenvolvimento da nossa pesquisa.

Passemos a fazer um breve conspecto da vida e obra do nosso autor.

1. *Vida e obra*

De pais nobres, Bernardo nasceu pelo ano de 1090, em *Fontaine lès Dijon*. Depois de hesitar entre o ideal da sabedoria e a vida religiosa, acabou entrando para o mosteiro de *Cister*, no ano de 1114. A *Ordem cisterciense* passava então por uma *reforma*. Após três anos do seu ingresso, o jovem Bernardo foi encarregado de fundar um mosteiro em *Claraval*. Ora, o centro fundado por ele tornou-se o principal pólo da reforma. Bernardo ainda vivia e já se haviam agregado ao mosteiro que ele fundara nada menos que 68 centros de vida religiosa. Todavia, ao lado desta atividade estritamente religiosa, Bernardo destacou-se também por ser um fervoroso defensor das *cruzadas*, além de ardoroso combatente das *heresias e inovações teológicas*. Enfrentou Abelardo, condenando com contundência o seu pretensão *racionalismo teológico*. Doutor mariano por excelência, opôs-se vivamente à introdução da *Festa da Imaculada Conceição*. Bernardo morreu no ano de 1153.

Passemos a abordar a temática sobre o homem como imagem e semelhança de Deus.

2. *O homem: imagem e semelhança de Deus*

Diz a Escritura (Gen 1, 27) que o homem foi criado à imagem (*imago*) e semelhança (*similitudo*) de Deus. A falar com exatidão, deve-se dizer que o homem foi criado *conforme* a imagem de Deus, pois, estritamente falando, somente Cristo é a imagem Deus (Col 1, 15).¹ Por isso, propriamente falando, “O homem é a imagem desta imagem de Deus”², que é Cristo.

¹ BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História Da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7^a ed. Trad. Raimundo Vier. Rio de Janeiro: VOZES, 2000. p. 284.

² *Idem. Op. Cit.*

Agora bem, o que significa ser *imagem* de Deus? Com esta designação se quer expressar, antes de tudo, a dignidade da *alma humana* e a sua grandeza, que consiste na sua “aptidão para participar da glória de Deus”³. Desta feita, a imagem de Deus, impressa na alma do homem, embora lhe seja inseparável a ponto de a alma não poder perdê-la sem deixar de ser o que é, não se identifica com ela (*i.é* a alma) enquanto tal, senão que apenas a *informa*.⁴ Contudo, além de ser imagem de Deus enquanto apta para participar da glória de Deus, a alma humana traz em si uma semelhança (*similitudo*) com Deus. Ora, esta semelhança se baseia no fato de o homem *naturalmente apetecer* aos bens superiores (*appetens supernorum*).⁵ Ademais, tal como a imagem, também a semelhança é algo distinto da alma. Porém, diferentemente da imagem, a semelhança pode ser perdida, visto que a sua permanência depende da *retidão da alma*, isto é, que a alma continue tendendo sempre para os bens superiores, ou seja, para Deus e para as coisas que lhe são conducentes.⁶

Passemos a falar acerca da queda.

2. A queda

Aconteceu, pois, que o homem, livre e conscientemente, preferiu os bens terrenos aos divinos. Assim, a retidão da sua alma, que consiste em se manter voltada para Deus, corrompeu-se. A alma *recurvou-se* sobre si mesma e de alma reta (*anima recta*) tornou-se *anima curva*.⁷ De fato, se bem que, pela sua natural aptidão para participar da glória divina, a alma ainda conserve a imagem de Deus em si, passa, contudo, também a ser *dessemelhante* (*dissimilitudo*) a Deus por causa da sua *curvatura* para os *bens terrenos*. Além disso, ela fica *dessemelhante* de si própria, visto que ser semelhante a Deus é-lhe “*co-natural*”.⁸

Destarte, o drama interior da alma começa aqui: embora se reconheça, por sua aptidão a participar da glória divina⁹, como imagem de Deus, percebe-se, também, dessemelhante de Deus e de si própria, visto que, apesar de capaz de Deus (*capax Dei*), encontra-se escravizada

³ *Idem. Op. Cit.*

⁴ *Idem. Op. Cit.*

⁵ *Idem. Op. Cit.*

⁶ *Idem. Op. Cit.*

⁷ *Idem. Op. Cit.* p. 285.

⁸ *Idem. Op. Cit.*

⁹ *Idem. Op. Cit.*

pelos bens terrenos e isto em virtude da sua própria *infidelidade*.¹⁰ Com efeito, ao reconhecer-se em parte alienada de si mesma, esta sua deformidade causa-lhe certo “(...) horror de si própria”¹¹. Sendo assim, a recuperação da semelhança com Deus não implica apenas em uma *obra religiosa*, mas também numa *reconciliação* do *homem consigo* mesmo, já que ser homem é ser imagem e semelhança de Deus: “Por isso o homem se humaniza na mesma medida em que cresce na semelhança com Deus. Nisto está toda a sua grandeza”¹².

Passemos à análise do soerguimento do home pela mística.

3. *O soerguimento do homem pela mística*

Ora bem, este restabelecimento do homem pelo seu retorno a Deus é possível. E é possível precisamente porque, em sua natureza, permanece *inquebrantável* a imagem de Deus, isto é, a “(...) sua receptividade incoercível para o divino”¹³. De modo que “(...) a imagem de Deus impressa no homem forma o ponto de partida da mística cisterciense (...)”¹⁴. Esta mística consiste em fazer com que o homem se incline a tudo aquilo que lhe é necessário, a fim de que possa realizar a aspiração da sua própria natureza: unir-se a Deus. Na verdade, esta restauração busca sempre reparar, no homem, a sua semelhança com Deus. E como a natureza humana foi moldada à imagem de Deus, tal itinerário não deixa de ser, a um só tempo: divino e humano. A respeito da mística do *Doutor Mellifluus*, diz Gilson e Boehner:

(...) outra coisa não é do que a teoria e prática daquilo que se exige do homem que aspira a restaurar do modo mais perfeito possível a semelhança divina em sua alma, até atingir ao ‘*amplexus Verbi*’, que é o grau mais elevado deste processo de assimilação à Divindade.¹⁵

Com efeito, como é pelo apego aos bens terrenos que o homem perdeu a sua semelhança com Deus, é afastando-se deste caminho e voltando-se para Deus que esta

¹⁰ *Idem. Op. Cit.*

¹¹ *Idem. Op. Cit.*

¹² *Idem. Op. Cit.*

¹³ *Idem. Op. Cit.*

¹⁴ *Idem. Op. Cit.*

¹⁵ *Idem. Op. Cit.*

semelhança será *restaurada*.¹⁶ Ademais, é conhecendo-se a si mesma tal como era originariamente – imagem e semelhança de Deus – que a alma conhecerá o próprio Deus. De fato, reformada pela graça e pela prática das virtudes, conseguirá amar a si própria e, amando a si mesma, amar a Deus, porquanto não é senão imagem e semelhança de Deus. Contemplando-se e amando-se como Deus a fez, conhecerá e amar a si mesma da mesma forma como é conhecida e amada por Deus, pois Deus a criou e amou como Sua imagem e semelhança. Donde, ao conhecer com que grandeza Deus a criou, irá amá-lo como Ele a ama, pois Deus a ama como a Sua imagem e semelhança.¹⁷ Ora, e “Neste conhecimento e amor recíprocos entre esposo e esposa consiste o êxtase místico”¹⁸. Mas ainda, este êxtase é somente uma prelibação da visão beatífica, onde, conhecendo a Deus face a face, a alma se assimilará a Ele de uma maneira inefável. Entretanto, tal assimilação, por mais perfeita que seja, não indicará confusão alguma entre as substâncias.¹⁹

Passemos à análise das concepções de Bernardo acerca da vontade e do livre-arbítrio.

4. *Vontade e livre-arbítrio*

Se é na antropologia que Bernardo define o homem como imagem e semelhança de Deus, é na sua psicologia que precisará onde reside tanto a imagem como a semelhança de Deus no homem. Como já temos vislumbrado, a *felicidade* do homem consiste na sua participação na *vida bem-aventurada de Deus*. Ora, para ser feliz mister é gozar do *bem desejado*. Porém, para gozar do bem desejado urge alcançá-lo. E para alcançá-lo requer-se que *assintamos* a ele.²⁰ No entanto, todo assentimento implica um *ato livre*: “Ora, o poder assentir implica a liberdade”²¹ Desta forma, a aptidão para participar da glória de Deus, que torna a alma humana imagem de Deus, reside na sua liberdade:

¹⁶ *Idem. Op. Cit.* p. 285 e 286.

¹⁷ *Idem. Op. Cit.* p. 286.

¹⁸ *Idem. Op. Cit.*

¹⁹ *Idem. Op. Cit.*

²⁰ *Idem. Op. Cit.*

²¹ *Idem. Op. Cit.*

(..) o que o capacita (*i.e.*, o homem) a participar de Deus é precisamente esta sua vontade livre; *pelo que a liberdade constitui a essência mesma da imagem de Deus no homem.*²²

Mas o que é ser livre? Para Bernardo *liberdade é estar livre de toda coação*. Na sua concepção, liberdade implica a suspensão de toda *necessidade* e a ausência de toda forma de *constrangimento* ao *assentir* ou *dissentir* de algo. Como é a *vontade* que nos faculta este poder de assentir ou dissentir, o conceito de liberdade é inseparável do de vontade. Aliás, pode-se dizer, inclusive, que onde há vontade existe liberdade.²³ Deste modo, todos os seres dotados de vontade – Deus, os anjos e o homem – são, *ipso facto*, livres. Ademais, sendo a imagem de Deus indestrutível no homem e esta imagem residindo exatamente na vontade, resta dizer que nem mesmo o pecado conseguiu eliminar a liberdade do homem, já que isto implicaria a aniquilação da própria natureza humana.²⁴

Agora bem, a *vontade* não se define apenas como sendo capaz de atos *livres*, os quais consistem no poder de assentir e dissentir sem constrangimento algum, mas também se caracteriza por possuir o *arbítrio*, que se refere a sua capacidade de julgar a bondade ou a malícia dos seus próprios atos. Portanto, o termo *livre-arbítrio*, que designa a faculdade da *vontade*, não significa apenas a capacidade de *autodeterminação*, mas implica também o poder de *autojulgamento*. Desta maneira, deve-se dizer que o fator *livre* e o fator *arbítrio* são inseparáveis, posto que não pode haver *autodeterminação* onde não há antes um *autojulgamento*. Assim, sendo liberdade e arbítrio inerentes à vontade²⁵, onde quer que haja vontade seguem-se também estes dois fatores que lhe constituem a própria essência: o fator livre, concernente à liberdade da vontade frente a toda coação e necessidade, e o fator arbítrio, condizente à sua capacidade de julgar-se a si mesma. Em poucas palavras: onde existe vontade, há necessariamente livre-arbítrio.²⁶

Passemos à análise das concepções de Bernardo no tocante ao “livre-conselho” e a “livre-complacência”.

²² *Idem. Op. Cit.* (O itálico e o parêntese são nossos).

²³ *Idem. Op. Cit.* p. 287.

²⁴ *Idem. Op. Cit.*

²⁵ *Idem. Op. Cit.*

²⁶ *Idem. Op. Cit.*

5. O livre-conselho e a livre-complacência

Falamos até aqui da vontade livre, isto é, do *liberum arbitrium*. Contudo, para Bernardo, o homem é dotado de duas outras liberdades sem as quais nem se pode dizer que ele seja realmente livre. Trata-se, pois, do “*liberum consilium*” e do “*liberum complacitum*”. Antes de conceituarmos o “*liberum consilium*” ou o “*liberum complacitum*”, importa que definamos o que seja o “*consilium*” e o que seja o “*complacitum*”. Ora, o “*consilium*” consiste num ato de reflexão mediante o qual a razão pondera sobre os motivos pelos quais deve ou não agir de determinada maneira. Já o “*complacitum*” é um ato de atração ou repulsa do sujeito, causado pela influência dos motivos que lhe são fornecidos pela razão. Somente após estes dois atos, segue-se a decisão final, que é sempre um ato livre da vontade.²⁷

Agora bem, a “*libertas consilii*” é a capacidade que a razão para julgar bem a respeito de qual deve ser a ação do sujeito num determinado caso e a “*libertas complaciti*” refere-se ao ato pelo qual o sujeito se compraz no verdadeiro bem e repulsa o mal oposto, ou, ainda, aquele ato no qual o sujeito apraz-se nos bens superiores em detrimento dos inferiores. Desta forma, a “*libertas consilii*” liberta o homem do *pecado* e a “*libertas complaciti*” livra-o da *miséria*. O pecado é tomar por bem aquilo que é um mal; a miséria é deleitar-se com os bens inferiores ou com o próprio mal em vez de com os bens verdadeiros, máxime com os superiores.²⁸

O “*liberum arbitrium*” é o que faz o homem *imagem* de Deus. Destarte, ele é *inamissível*. Contudo, é pelo “*liberum consilium*” e pelo “*liberum complacitum*” que o homem se torna *semelhante* a Deus. Ora, estas duas últimas formas de liberdade são *amissíveis*, e é apenas a posse de todas estas liberdades que faz com que o homem seja verdadeiramente livre. Acontece que pelo *pecado original* o homem perdeu tanto o “*liberum consilium*” quanto o “*liberum complacitum*”. Destituído deles, o homem deixou de ser propriamente livre, ficando reduzido à condição de escravo do pecado.²⁹

Urge que se faça a seguinte questão: como pode o “*liberum arbitrium*” ser *inamissível* enquanto que a “*libertas consilii*” e a “*libertas complaciti*” são *amissíveis*? Sem embargo, o livre-arbítrio é *inamissível* porque é *conatural* ao homem; já as duas outras formas de liberdade são *virtudes excedentes*, cuja retidão depende do *auxílio sobrenatural* de Deus. Ora,

²⁷ *Idem. Op. Cit.* p. 287 e 288.

²⁸ *Idem. Op. Cit.* p. 288.

²⁹ *Idem. Op. Cit.*

o homem abusou destas liberdades, apartando-se, assim, de Deus e isto lhe acarretou a perda destas faculdades.

Ademais, este abuso só foi possível em razão do seguinte: enquanto o livre-arbítrio não comporta nenhuma gradação, os outros dois modos de liberdade apresentam ao menos dois graus fundamentais.³⁰ A “*libertas consilii*”, concernente à reta avaliação das coisas, pode ser um “não poder pecar” (*non posse peccare*), e, neste caso, ela existe em Deus, nos anjos e nos bem-aventurados ou um “poder de não pecar” (*posso non peccare*), e assim ela existe no homem. Já a “*libertas complaciti*”, que diz respeito à complacência no verdadeiro bem e a repulsa ao verdadeiro mal, em seu grau superior, é um “não poder sofrer” (*non posse turbari*), e no seu grau inferior, como existe no homem, é um “poder não sofrer” (*posse não turbari*).³¹ Agora bem, a perda destas liberdades no homem teve por consequência o seguinte: o “poder não pecar” da “*libertas consilii*” degenerou-se na *impossibilidade de não pecar* e o “poder não sofrer” da “*libertas complaciti*” deformou-se na *impossibilidade de não sofrer*. Daí o homem ter-se tornado prisioneiro do pecado e escravo da morte. Doravante, resta ao homem apenas o *livre-arbítrio*, isto é, a *livre decisão*. Entretanto, a presença do livre-arbítrio sem as duas outras formas de liberdades pouco lhe serve.³²

Passemos a falar sobre como se dará a restauração da alma após o pecado.

6. As consequências do pecado e a restauração da alma

O drama do homem consiste no fato de que, inobstante o seu livre-arbítrio continue sendo livre e ele próprio (*i.é.*, o homem), potencialmente, capaz de julgar-se a si mesmo quanto à bondade ou à malícia dos seus atos, a estrutura do seu agir tornou-se, contudo, impotente, visto que, desfigurado pelo pecado, o seu “*liberum consilium*” encontra-se inapto para discernir qual seja o seu verdadeiro bem e o seu “*liberum complacitum*” mostra-se também inepto para aprazer-se neste bem verdadeiro. Há, portanto, um desencontro, isto é, um verdadeiro desacerto entre as diversas potências da alma e este contínuo desacordo entre elas desencadeou uma trama na qual uma torna a outra inoperante e ineficaz. Por fim, a semelhança da alma com Deus encontra-se manchada e desfigurada:

³⁰ *Idem. Op. Cit.*

³¹ *Idem. Op. Cit.*

³² *Idem. Op. Cit.* p. 289.

Pela queda, o livre-arbítrio se vê na presença de uma razão em desacordo com a vontade, e de uma vontade em desacordo com a razão. Despojado da semelhança com Deus, fonte de sua dignidade sobrenatural, e descaído de sua antiga nobreza, o homem terminou por condenar-se ao exílio e à solidão da “regio dissimilitudinis”.³³

O pecado ocasionou uma desordem fundamental nas faculdades da alma e o livre-arbítrio vê-se condenado ante uma vontade enferma que, por seu lado, vê-se à mercê de sua própria miséria, enquanto conduzida por uma razão ineficaz, haja vista que também esta é vítima e escrava do pecado. De fato, o homem, que perdeu a assistência divina pelo pecado, encontra-se enfermo e alienado de si:

Eis, em resumo, o diagnóstico das liberdades humanas: no livre arbítrio e na integridade do “*liberum consilium*” e do “*liberum complacitum*” consiste a saúde espiritual do homem; pela perda desta dupla integridade o homem se torna doente.³⁴

Ora, o restabelecimento da semelhança de Deus no homem reside na restauração das referidas liberdades: a “*libertas consilii*” e a “*libertas complaciti*”. Contudo, antes de adentrarmos nisto, precisamos ter presente que, com a deformação da semelhança de Deus no homem pelo pecado, a *reta complacência* perverteu-se de “vontade comum” em “vontade própria” e a *reta avaliação* corrompeu-se em “conselho próprio” (*proprium consilium*).³⁵ O conselho próprio (*proprium consilium*) é o pior flagelo da alma, pois além de ser a causa de todos os demais flagelos, inclusive o da “vontade própria” – que é a obstinação em avaliar as coisas a seu bel-prazer – ele torna a alma pertinaz no enredo de querer decidir sobre o que é reto e agradável a Deus por si mesma, resistindo, com contumácia, ao concurso de toda e qualquer instrução e até da própria orientação oriunda da *regra de fé*.³⁶

A correção do “*liberum complacitum*” está no seu voltar-se ao bem espiritual, comprazendo-se nele e repelindo o mal que lhe é oposto. Entretanto, tal restauração só poderá ser efetuada pela *caridade*. Será ela que converterá a vontade: de “vontade própria” em “vontade comum”, fazendo-a novamente submissa à medida imposta pelo *consilium* que, por sua vez, já estará *corrigido*. Por isso, a correção do “*liberum complacitum*” pressupõe o

³³ *Idem. Op. Cit.*

³⁴ *Idem. Op. Cit.*

³⁵ *Idem. Op. Cit.*

³⁶ *Idem. Op. Cit.*

restabelecimento do “*liberum consilium*”, que consistirá num saber avaliar retamente qual seja o verdadeiro bem do homem. Porém, ratificamos, tal restauração só será factível pela fé. Será ela que irá regulá-lo, a fim de que não mais avalie os seus *atos egoisticamente* e sim de acordo com o *consilium* dela própria (*i.é da fé*).³⁷

Passemos a fazer as considerações finais a este texto.

Conclusão

O homem foi criado à imagem e semelhança de Deus. A imagem de Deus no homem é a sua aptidão para participar da glória de Deus. Ela é inamissível. A semelhança do homem com Deus consiste na capacidade que o homem tem de preferir o bem ao mal ou de preferir os bens superiores aos bens inferiores. A semelhança, diferentemente da imagem, é amissível, porque depende da liberdade do homem. A liberdade do homem, Bernardo entende que depende de três *potências da alma*: o *livre-arbítrio*, o “livre-conselho” e a “livre-complacência”. Ser livre é ser capaz de se “autodeterminar” e possuir um *livre-arbítrio* é ser capaz de, discernindo o que é bom do que é mau, escolher o bem em vez do mal. O livre-arbítrio, segundo Bernardo, pertence à imagem de Deus no homem e, por isso, conquanto distinto da alma, é inseparável dela. Contudo, o livre-arbítrio, na concepção do nosso autor, enquanto abandonado em si mesmo, não torna o homem verdadeiramente livre. O “livre-conselho” é a capacidade de o homem julgar retamente o que é bom e o que é mau e a “livre-complacência” é o poder de o homem comprazer-se no verdadeiro bem e repulsar o verdadeiro mal. Para Bernardo, sem a sinergia destas três potências, o homem não é verdadeiramente livre.

Acontece, como já dissemos, que o “livre-conselho” e a “livre-complacência” pertencem à semelhança de Deus no homem e podem ser perdidos. Agora bem, o homem de fato perdeu estas potências porque pecou e o “livre-conselho”, que era um “poder não pecar” – pelo pecado do homem – tornou-se num “não poder não pecar”, enquanto a “livre-complacência”, que era um “poder não sofrer” – por causa do pecado – degenerou-se em um “não poder não ser miserável”. Em uma palavra, pelo pecado o homem tornou-se escravo do pecado, porque o livre-arbítrio, sozinho, transformando-se de “vontade comum” em “vontade própria”, fez com que o homem ficasse voltado para si mesmo, escravo das suas paixões.

³⁷ *Idem. Op. Cit.*

Destarte, somente pela fé e pela caridade, o homem poderá ter restauradas estas virtudes excedentes, a saber, o “livre-conselho” e a “livre-complacência” e, assim, livrar-se do egoísmo e tornar-se, novamente, verdadeiramente livre. Com esta restauração, restabelecer-se-á, no homem, a semelhança de Deus, que só será consumada na visão beatífica.

BIBLIOGRAFIA

BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História Da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa.** 7^a ed. Trad. Raimundo Vier. Rio de Janeiro: VOZES, 2000.